

Juristas pedem que Equador não use a Justiça para perseguir

O Conselho Latinoamericano de Justiça e Democracia (Clajud) pediu que o governo do Equador deixe de usar o sistema judicial para perseguir adversários políticos, assegure a independência do Judiciário e respeite os direitos humanos.

Reprodução



Clajud pede que governo equatoriano deixe de usar a Justiça para reprimir adversários
Reprodução

Protestos eclodiram em outubro no Equador após o presidente Lenín Moreno anunciar o cancelamento de subsídios a combustíveis e outras medidas de austeridade. A repressão às manifestações deixou 11 mortos, 1.507 feridos e 1.382 presos, segundo a Organização das Nações Unidas. Ainda que os protestos tenham terminado após Moreno revogar as medidas, a repressão prossegue, conforme a ONU.

Em carta assinada por juristas latino-americanos, incluindo os brasileiros Pedro Estevam Serrano (professor da PUC-SP), Juarez Tavares (professor da Uerj), Carol Proner (professora da UFRJ) e Gisele Cittadino (professora da PUC-Rio), a Clajud afirma que o governo do Equador “mantém a dinâmica repressiva, e a perseguição política aumenta no país”.

Como exemplo, eles citam a prisão preventiva da prefeita de Pichincha, a abertura de diversos processos contra o ex-presidente Rafael Correa e as buscas em casas de militantes de esquerda. Essas medidas, na visão dos juristas, estão colocando em “grave risco” os direitos humanos, a democracia e o pluralismo político no país.

Dessa maneira, a Clajud pede que o governo equatoriano evite usar o sistema de Justiça para perseguir oponentes políticos e mantenha a imparcialidade do Judiciário. Os juristas também requerem o respeito aos direitos humanos, ao devido processo legal e à liberdade de opinião política.

Eles ainda solicitam a proteção de políticos que foram presos provisoriamente e que eles sejam submetidos a um julgamento justo.

Date Created

05/12/2019